

DC JURÍDICO

CURSO INTENSIVO
Ministério Público e Magistratura

SIMULADO

PROVA OBJETIVA

Bloco 1 da Prova

Constitucional, Administrativo, Tributário, Eleitoral e Financeiro

@juridico.dc

dcpreparatorio@gmail.com

+55 37 8411-9236

DC JURÍDICO

Preparação para Magistratura e Ministério Público

SIMULADO OBJETIVO

BLOCO 1 DA PROVA

Constitucional, Administrativo, Tributário, Eleitoral e Financeiro

ESTRUTURA DA PROVA

Módulo	Disciplina	Conteúdo-base	Questões
I	Direito Constitucional	Constitucionalismo: conceito, evolução e manifestações contemporâneas	01 a 08
II	Direito Administrativo	Serviços públicos	09 a 14
III	Direito Tributário	Constituição Federal, arts. 145 a 162	15 a 17
IV	Direito Eleitoral	Constituição Federal, arts. 14 a 17	18 e 19
V	Direito Financeiro	Constituição Federal, arts. 163 a 169	20

INSTRUÇÕES

Esta prova contém **20 questões objetivas**, com **quatro alternativas** cada (A a D), das quais apenas uma deve ser assinalada, conforme o comando de cada questão. Observe com atenção os comandos que pedem a alternativa **incorreta**. O gabarito encontra-se após a última questão, seguido do gabarito comentado, que examina todas as alternativas e destaca o melindre de cada questão.

MÓDULO I | DIREITO CONSTITUCIONAL

Questões 01 a 08

QUESTÃO 01 | Direito Constitucional

Acerca do constitucionalismo antigo e das experiências históricas que antecederam as revoluções liberais do final do Século XVIII, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O constitucionalismo antigo notabilizou-se pela existência de constituições escritas e rígidas, sendo a experiência romana a primeira de que se tem notícia a estabelecer limites ao poder político, já que o termo "constituição" passou a ser empregado desde o imperador Adriano para designar normas limitadoras da autoridade imperial.
- B) Na Grécia, segundo Karl Loewenstein, existiu um Estado plenamente constitucional, cuja democracia constitucional se assentava em constituições escritas, na supremacia do parlamento e na responsabilidade governamental.
- C) No Estado hebreu, os dogmas bíblicos operaram como limite ao soberano, e o *constitucionalismo whig*, ou termidoriano, marcado pela evolução lenta e gradual do movimento constitucionalista, associou-se à ascensão de Guilherme de Orange e à edição do *Bill of Rights*, em 1689.
- D) Na Inglaterra, centrada no princípio do *Rule of Law*, a primazia das liberdades foi reconhecida por pactos sucessivos, entre os quais a *Petition of Rights* (1679), o *Habeas Corpus Act* (1628) e o *Act of Settlement* (1701), documentos que consolidaram a supremacia do Poder Judiciário sobre o Parlamento.

QUESTÃO 02 | Direito Constitucional

Em aula preparatória para a magistratura, a professora Diana Prince comparou as duas fases do constitucionalismo clássico. Ao final, pediu aos alunos que sintetizassem a exposição, e cada um apresentou uma conclusão.

Assinale a conclusão que se harmoniza com a doutrina.

- A) Barry Allen afirmou que a passagem do Estado liberal ao Estado social correspondeu à transição da Constituição Garantia para a Constituição dirigente, e que o Estado social, embora intervencionista, não se confunde com o Estado socialista, porque adere ao capitalismo.
- B) Dick Grayson afirmou que o Estado liberal consagrou materialmente os direitos de liberdade e de propriedade, e que o princípio da legalidade, nessa fase, permitia à Administração agir livremente sempre que a lei não o proibisse.
- C) Victor Stone afirmou que as Constituições do México (1917) e de Weimar (1919) são os principais documentos do Estado social e que sua influência sobre o constitucionalismo brasileiro somente se fez sentir com a Constituição de 1946, já no pós-guerra.
- D) Arthur Curry afirmou que a garantia de um bem-estar mínimo e o pacto keynesiano são traços do Estado liberal, que se preocupava exclusivamente com a defesa externa, com a administração da justiça e com as instituições geradoras de lucro.

QUESTÃO 03 | Direito Constitucional

A respeito da teoria das dimensões dos direitos fundamentais, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A teoria das dimensões foi formulada por Norberto Bobbio e apenas difundida por Karel Vasak, e a preferência doutrinária pelo termo "dimensão", em lugar de "geração", decorre do fato de que cada nova dimensão substitui a anterior, aperfeiçoando-a.
- B)** Os direitos de primeira dimensão, ligados ao valor liberdade, têm caráter exclusivamente negativo, razão pela qual os direitos políticos, por exigirem do Estado a realização de eleições, são classificados como direitos de segunda dimensão.
- C)** Os direitos de segunda dimensão têm como marco histórico a Revolução Francesa e como valor central a igualdade formal, sendo essencialmente individuais, embora exijam prestações positivas do Estado.
- D)** Paulo Bonavides, que inicialmente inseria o direito à paz entre os direitos de terceira dimensão, passou a classificá-lo como de quinta dimensão, e situa na quarta dimensão a democracia, a informação e o pluralismo, este último previsto como fundamento da República.

QUESTÃO 04 | Direito Constitucional

Sobre o neoconstitucionalismo e suas principais características, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A)** Na distinção entre regras e princípios, o constitucionalismo moderno adotava um critério de grau, ao passo que o neoconstitucionalismo confere à distinção caráter axiológico, concebendo a norma como gênero de que regras e princípios são espécies.
- B)** A rematerialização das Constituições tornou-as sucintas e concentradas nas matérias materialmente constitucionais, uma vez que a imposição de diretrizes políticas ao legislador passou a limitá-lo apenas quanto à forma de produção normativa.
- C)** A filtragem constitucional pressupõe a distinção entre dispositivo e norma, sendo o dispositivo o texto escrito e a norma o resultado de sua interpretação.
- D)** A crítica ao denominado panprincipiologismo sustenta que a ênfase excessiva na ponderação de princípios, em detrimento das regras, fomenta anarquia metodológica, alto grau de decisionismo judicial e insegurança jurídica.

QUESTÃO 05 | Direito Constitucional

Em grupo de estudos para o Ministério Público, a promotora Helena Bertinelli formulou quatro proposições sobre o fortalecimento do Poder Judiciário no neoconstitucionalismo e sobre o chamado constitucionalismo do futuro.

Assinale a proposição **correta**.

- A)** O ativismo judicial traduz postura proativa do Judiciário na interpretação e aplicação da Constituição, expandindo seu sentido, ao passo que a judicialização das relações políticas e sociais decorre, entre outros fatores, da ampliação da legitimação ativa no controle de constitucionalidade e do acesso à justiça, fenômenos que não se confundem.
- B)** A eficácia horizontal dos direitos fundamentais substituiu a eficácia vertical, de modo que, no neoconstitucionalismo, tais direitos passaram a ser oponíveis prioritariamente aos particulares, e não ao Estado.
- C)** Para José Roberto Dromi, o constitucionalismo do futuro deve superar integralmente as concepções do constitucionalismo moderno, tendo como valores fundamentais a solidariedade, o consenso e a flexibilidade, esta última em substituição à continuidade.
- D)** O ideal neoconstitucionalista é o protagonismo judicial irrestrito, uma vez que o fortalecimento do Judiciário pressupõe a prevalência do juiz sobre os demais Poderes na concretização da Constituição.

QUESTÃO 06 | Direito Constitucional

Em banca simulada de prova oral, o examinador Bruce Wayne descreveu quatro concepções teóricas e pediu à candidata Barbara Gordon que as associasse aos respectivos autores e denominações. A candidata apresentou as associações abaixo.

Assinale a associação **correta**.

- A)** A defesa da primazia do direito internacional, fundado em valores universais, sobre o direito nacional, com fortalecimento do sistema jurídico-político internacional também nas relações entre Estado e povo, corresponde ao Estado constitucional cooperativo de Peter Häberle.
- B)** A produção reflexiva de uma identidade política coletiva, conciliada com uma perspectiva universalista e voltada a superar o problema do nacionalismo étnico, corresponde ao transconstitucionalismo de Marcelo Neves.
- C)** O tratamento de um mesmo problema de direitos humanos por ordens jurídicas interna, internacional e supranacional, em relação transversal permanente, sem se confundir com o constitucionalismo internacional, transnacional ou supranacional, corresponde ao transconstitucionalismo de Marcelo Neves.
- D)** A identidade estatal encontrada no direito internacional comunitário, baseada na abertura e no entrelaçamento das relações internacionais e supranacionais e na oposição ao isolacionismo, corresponde ao patriotismo constitucional de Jürgen Habermas.

QUESTÃO 07 | Direito Constitucional

Em país estrangeiro hipotético, o Presidente Lex Luthor, eleito em pleito regular, obteve do Parlamento, dominado por seu partido, a aprovação de sucessivas emendas constitucionais que ampliaram o número de cadeiras da Corte Constitucional, reduziram a autonomia do órgão eleitoral e passaram a permitir a reeleição indefinida do Chefe do Executivo. Todas as emendas observaram o procedimento formal de reforma previsto na Constituição.

À luz da doutrina, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O quadro configura constitucionalismo abusivo em sua forma episódica, pois o uso reiterado de emendas para manter um grupo no poder caracteriza a utilização pontual de institutos constitucionais em desacordo com a democracia constitucional.
- B) Como foram observados os mecanismos formais de reforma, o quadro não configura retrocesso democrático, uma vez que o constitucionalismo abusivo, na formulação de David Landau, pressupõe ruptura da ordem por golpe militar.
- C) O quadro exemplifica o constitucionalismo democrático de Robert Post e Reva Siegel, que, a exemplo do constitucionalismo popular, retira a interpretação da Constituição dos tribunais e a devolve ao autogoverno do povo.
- D) O quadro configura constitucionalismo abusivo em sua forma estrutural, cuja inconstitucionalidade não é clara por residir nas próprias cartas constitucionais, fenômeno distinto do efeito *backlash*, que consiste na reação conservadora a decisão judicial liberal em tema polêmico.

QUESTÃO 08 | Direito Constitucional

A respeito do constitucionalismo latino-americano e do constitucionalismo feminista, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O novo constitucionalismo latino-americano, ao romper com a cultura eurocentrista imposta pela colonização, tem como exemplos de Estado plurinacional as Constituições da Bolívia (2009), do Equador (2008) e da Argentina (1994), esta por ter conferido hierarquia constitucional a tratados de direitos humanos.
- B) O Estado plurinacional, característico do novo constitucionalismo latino-americano, busca a inclusão multicultural na formação da vontade política, e a Constituição boliviana define 36 povos originários com participação ampla, em proposta de descolonização epistemológica.
- C) O constitucionalismo feminista propõe uma dogmática contra-hegemônica, fundada em um feminismo universalista que toma a experiência da mulher como categoria única, abstraindo os múltiplos marcadores de desigualdade.
- D) O constitucionalismo feminista, como expressão da hermenêutica feminista, interpreta as normas constitucionais como enunciados abstratos e neutros quanto ao gênero, cabendo ao intérprete afastar as experiências concretas das mulheres para preservar a imparcialidade.

MÓDULO II | DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões 09 a 14

QUESTÃO 09 | Direito Administrativo

Sobre o conceito de serviço público e as escolas que buscaram defini-lo, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A escola essencialista, adotada no Brasil, considera serviço público toda atividade imprescindível à coletividade, de modo que a saúde, ainda quando prestada por particulares, configura sempre serviço público.
- B)** A escola subjetivista é acolhida no Brasil, pois somente entidades da Administração Direta ou Indireta prestam serviço público, sendo irrelevante o conteúdo da atividade.
- C)** A Constituição contém rol taxativo de serviços públicos em seus arts. 21, 23, 25 e 30, o que dispensa a análise do momento histórico e da relação de interesse para a definição da competência do ente prestador.
- D)** A escola formalista, adotada no Brasil, conjuga os critérios formal e material, embora a Lei 13.460/2017, ao definir serviço público como atividade exercida por órgão ou entidade da administração pública, revele, segundo parte da doutrina, influência da escola subjetivista.

QUESTÃO 10 | Direito Administrativo

Clark Kent é titular de duas unidades consumidoras atendidas pela concessionária Kord Energia S.A.: o apartamento onde reside e uma loja, adquirida recentemente de Edward Nygma, que deixara faturas de energia em aberto. Após inspeção, a concessionária apurou, em procedimento com contraditório e ampla defesa, fraude no medidor do apartamento atribuída a Clark.

Considerando a Lei 8.987/1995 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A concessionária poderá suspender o fornecimento da loja em razão das faturas deixadas por Edward Nygma, pois o débito de energia elétrica tem natureza *propter rem* e acompanha o imóvel.
- B)** A concessionária poderá suspender o fornecimento do apartamento pelo débito de recuperação de consumo efetivo, desde que haja prévio aviso, que o débito se refira aos noventa dias anteriores à constatação da fraude e que o corte seja executado em até noventa dias após o vencimento.
- C)** Constatada a fraude, a concessionária poderá suspender o fornecimento de ambas as unidades, pois o inadimplemento do usuário autoriza o corte em qualquer imóvel de sua titularidade.
- D)** Notificado Clark por aplicativo de mensagens não previsto na regulamentação do órgão regulador, o corte poderá ser executado em uma sexta-feira, desde que a comunicação indique o dia do desligamento.

QUESTÃO 11 | Direito Administrativo

A respeito do princípio da continuidade do serviço público, do direito de greve dos servidores e da *exceptio non adimpleti contractus*, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A vedação de greve aos policiais civis, embora não expressa na Constituição, foi assentada pelo Supremo Tribunal Federal com fundamento no direito de toda a sociedade à segurança pública, à ordem pública e à paz social, e não no princípio da continuidade, tido por insuficiente.
- B)** Diante da inexistência da lei específica exigida pelo art. 37, VII, da Constituição, a greve dos servidores públicos civis constitui ato ilícito, e os dias de paralisação devem ser descontados em qualquer hipótese.
- C)** Nos termos da Lei 14.133/2021, o atraso nos pagamentos devidos pela Administração por prazo superior a um mês autoriza o contratado a suspender a execução, inclusive em situação de calamidade pública, desde que o faça mediante prévia notificação.
- D)** Para a doutrina moderna, a *exceptio non adimpleti contractus* não se aplica aos contratos administrativos, por força das cláusulas exorbitantes, entendimento reforçado pela previsão da ocupação provisória dos bens da contratada.

QUESTÃO 12 | Direito Administrativo

A concessionária de água e esgoto do Município de Gotham passou a cobrar tarifas diferenciadas conforme categorias de usuários e faixas de consumo. Inconformado, Wally West, usuário do serviço, ajuizou ação de repetição de indébito, sustentando que a cobrança teria natureza tributária e violaria o princípio da generalidade.

Acerca da situação e da classificação dos serviços públicos, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** Por se tratar de serviço *uti singuli* compulsório, o fornecimento de água e esgoto prestado por concessionária deve ser remunerado por taxa, sujeitando-se a repetição de indébito ao prazo prescricional do Código Tributário Nacional.
- B)** A cobrança diferenciada por categorias de usuários e faixas de consumo viola o princípio da generalidade, que impede qualquer distinção tarifária entre os usuários do serviço.
- C)** A remuneração dos serviços de água e esgoto prestados por concessionária tem natureza de tarifa ou preço público, contraprestação não tributária que não se submete ao regime jurídico das taxas, inclusive quanto à prescrição.
- D)** Os serviços individuais facultativos admitem cobrança pela mera disponibilização, por meio de taxa, enquanto os compulsórios somente podem ser cobrados quando efetivamente utilizados, por meio de tarifa.

QUESTÃO 13 | Direito Administrativo

Sobre a concessão comum de serviço público, regida pela Lei 8.987/1995, e a intervenção do poder concedente, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) A concessão comum não pode ser outorgada a pessoa física e deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- B) A intervenção na concessão é declarada por decreto do poder concedente, que deverá, em até cento e oitenta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas e apurar responsabilidades, o qual deverá ser concluído em trinta dias, sob pena de invalidade.
- C) A responsabilidade civil da concessionária é objetiva em relação a usuários e a não usuários do serviço, e as contratações de mão de obra por ela realizadas não estabelecem qualquer relação entre os terceiros contratados e o poder concedente.
- D) A criação de tributo após a apresentação da proposta, comprovado seu impacto, implica revisão da tarifa, para mais ou para menos, e a Lei 9.074/1995 dispensa a lei autorizativa da concessão nos casos de saneamento básico e limpeza urbana.

QUESTÃO 14 | Direito Administrativo

O Estado Alfa, governado por Harvey Dent, mantinha contrato de concessão comum de rodovia com a Rodovias Ferris S.A. e contrato de parceria público-privada para construção e gestão de complexo prisional, no qual não havia cobrança de tarifa de usuários. Diante de falhas reiteradas na conservação da rodovia, o Governador passou a avaliar as medidas cabíveis.

Considerando as Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, assinale a afirmativa **correta**.

- A) Configurada a prestação deficiente, o Governador poderá declarar a caducidade por decreto, dispensado o processo administrativo quando a inadimplência for notória, com prévia indenização das parcelas dos bens reversíveis não amortizados.
- B) Caso opte por retomar a rodovia por interesse público durante o prazo contratual, o Estado poderá determinar a encampação por decreto, independentemente de lei autorizativa, pagando a indenização ao final do procedimento.
- C) Se o inadimplemento contratual partir do Estado, a concessionária poderá paralisar a operação da rodovia a partir do ajuizamento da ação de rescisão, invocando a *exceptio non adimpleti contractus*.
- D) O contrato do complexo prisional, em que a Administração é usuária indireta e não há tarifa, configura concessão administrativa, cuja contraprestação pode realizar-se, entre outros meios, por cessão de créditos não tributários e por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

MÓDULO III | DIREITO TRIBUTÁRIO

Questões 15 a 17

QUESTÃO 15 | Direito Tributário

O Prefeito do Município de Gotham, James Gordon, encaminhou à Câmara Municipal um pacote de projetos de lei em matéria tributária e solicitou à Procuradoria parecer sobre sua compatibilidade com a Constituição e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A contribuição instituída pelo Município poderá custear não apenas o serviço de iluminação pública, mas também sua expansão e melhoria e sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, sendo facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- B)** O serviço de iluminação pública poderá ser remunerado por taxa, desde que a base de cálculo escolhida não guarde identidade integral com a de qualquer imposto.
- C)** A taxa cobrada exclusivamente em razão da coleta, remoção e destinação do lixo proveniente de imóveis é inconstitucional, pois se trata de serviço prestado à coletividade de modo indivisível.
- D)** A taxa de fiscalização prevista no pacote não poderá adotar nenhum dos elementos que compõem a base de cálculo própria de determinado imposto, sob pena de violação ao art. 145, § 2º, da Constituição.

QUESTÃO 16 | Direito Tributário

Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, em especial dos princípios da legalidade e da anterioridade, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A lei municipal que majora a base de cálculo do IPTU sujeita-se às anterioridades anual e nonagesimal, de modo que, publicada em dezembro, somente produzirá efeitos a partir de março do exercício seguinte.
- B)** A norma legal que altera o prazo de recolhimento de tributo, antecipando-o, sujeita-se ao princípio da anterioridade, por implicar agravamento da situação do contribuinte.
- C)** A base de cálculo do IPTU poderá ser atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal, e a lei que fixa essa base de cálculo sujeita-se à anterioridade de exercício, mas não à anterioridade nonagesimal.
- D)** O imposto sobre produtos industrializados e o imposto de exportação excepcionam, ambos, as anterioridades anual e nonagesimal, e suas alíquotas podem ser alteradas pelo Poder Executivo, atendidas as condições e os limites da lei.

QUESTÃO 17 | Direito Tributário

Em fiscalização conjunta, os entes tributantes examinaram as seguintes situações: (i) a Companhia de Saneamento de Gotham, sociedade de economia mista delegatária de serviço

público essencial, que não distribui lucros a acionistas privados, não oferece risco ao equilíbrio concorrencial e cobra tarifa dos usuários; (ii) a organização assistencial mantida pela igreja presidida pelo pastor John Stewart; (iii) a importação, por Selina Kyle, comerciante, de leitores de livros eletrônicos dotados de funcionalidades acessórias; e (iv) o imóvel de entidade de assistência social sem fins lucrativos alugado a terceiros, cujos aluguéis são aplicados nas finalidades da entidade.

À luz da Constituição e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- A)** A Companhia de Saneamento não goza de imunidade recíproca, porque a cobrança de tarifa como contraprestação do serviço afasta, por si só, o benefício.
- B)** A organização assistencial mantida pela igreja não é alcançada pela imunidade religiosa, que protege apenas os templos, podendo, quando muito, invocar a imunidade das instituições de assistência social, se atendidos os requisitos da lei.
- C)** A importação dos leitores de livros eletrônicos está abrangida pela imunidade do art. 150, VI, d, da Constituição, ainda que os aparelhos possuam funcionalidades acessórias, e o imóvel da entidade assistencial alugado a terceiros permanece imune ao IPTU.
- D)** A imunidade recíproca estende-se às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público cujas ações sejam negociadas em bolsa e que estejam voltadas à remuneração do capital de seus acionistas, em razão exclusivamente da natureza da atividade desempenhada.

MÓDULO IV | DIREITO ELEITORAL

Questões 18 e 19

QUESTÃO 18 | Direito Eleitoral

Oliver Queen exerceu dois mandatos consecutivos de Prefeito do Município de Star City e, durante o segundo, divorciou-se de Dinah Lance, que pretende disputar a Prefeitura do mesmo Município na eleição subsequente. Em Município vizinho, a Prefeita Kara Danvers faleceu no primeiro ano de seu primeiro mandato, e seu viúvo, James Olsen, pretende candidatar-se ao mesmo cargo. Por

fim, Hal Jordan, sargento do Exército com oito anos de serviço, pretende candidatar-se a Vereador.

À luz da Constituição e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- A) Dinah Lance poderá candidatar-se a Prefeita, pois a dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato afasta a inelegibilidade reflexa, desde que o divórcio tenha sido formalizado antes do prazo de desincompatibilização.
- B) Oliver Queen poderá candidatar-se a Prefeito de Município vizinho na eleição subsequente, pois a vedação a um terceiro mandato consecutivo restringe-se à mesma circunscrição.
- C) Hal Jordan, por contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente para a inatividade no ato da diplomação.
- D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a Súmula Vinculante 18 não se aplica à extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges, razão pela qual o falecimento de Kara Danvers no curso do mandato não torna James Olsen inelegível, por esse fundamento, ao cargo de Prefeito na eleição subsequente.

QUESTÃO 19 | Direito Eleitoral

À luz dos arts. 14 a 17 da Constituição e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- A) Os Deputados e Vereadores que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos perdem o mandato, salvo anuência do partido ou outras hipóteses de justa causa previstas em lei, e a perda do mandato por infidelidade partidária, segundo o Supremo Tribunal Federal, não alcança os eleitos pelo sistema majoritário.
- B) A lei que alterar o processo eleitoral entra em vigor noventa dias após sua publicação e não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- C) A Constituição assegura aos partidos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações, inclusive nas eleições proporcionais, desde que observada a vinculação entre as candidaturas nos âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal.
- D) A ação de impugnação de mandato eletivo deve ser ajuizada perante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da proclamação dos eleitos e tramita publicamente, em homenagem ao princípio da publicidade.

MÓDULO V | DIREITO FINANCEIRO

Questão 20

QUESTÃO 20 | Direito Financeiro

Lois Lane, Governadora do Estado Beta, encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei orçamentária anual e, em seguida, adotou medidas para reconduzir a despesa com pessoal ao

limite fixado em lei complementar. Em setembro, diante de enchentes que atingiram diversos Municípios do Estado, passou a cogitar a abertura de crédito extraordinário.

À luz dos arts. 163 a 169 da Constituição, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O projeto de lei orçamentária anual poderá conter dispositivo que altere a legislação tributária estadual, desde que relacionado à previsão da receita, sem ofensa ao princípio da exclusividade.
- B) Para reconduzir a despesa com pessoal ao limite, o Estado deverá reduzir em pelo menos vinte por cento as despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exonerar servidores não estáveis antes de cogitar a perda do cargo por servidor estável, hipótese em que o cargo será extinto, vedada a criação de cargo com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
- C) O crédito extraordinário poderá ser aberto para atender às despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes das enchentes e, se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício, será reaberto no exercício seguinte, independentemente do saldo remanescente.
- D) É lícita a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, desde que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.

GABARITO OBJETIVO

Questão	Resposta	Questão	Resposta
01	C	11	A
02	A	12	C
03	D	13	B
04	B	14	D
05	A	15	A
06	C	16	C
07	D	17	C
08	B	18	D
09	D	19	A
10	B	20	B

Distribuição das respostas: A (5), B (5), C (5) e D (5).

GABARITO COMENTADO**MÓDULO I | DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 01 | Direito Constitucional****Gabarito: C**Tema: *Constitucionalismo antigo***Alternativa A**

O constitucionalismo antigo caracteriza-se pela **constituição costumeira**, fundada em costumes e precedentes judiciais, pois não havia constituições escritas. Além disso, a primeira experiência constitucional de que se tem notícia, no sentido de limitar o poder político, é atribuída ao **Estado hebreu**, e não a Roma. Em Roma, o termo "constituição", usado desde Adriano, designava normas editadas pelos imperadores **com valor de lei**, e não instrumentos de limitação da autoridade imperial.

Alternativa B

Loewenstein efetivamente reconhece na Grécia um "Estado plenamente constitucional". A experiência grega, contudo, caracteriza-se pela **inexistência de constituições escritas**, pela supremacia do parlamento, pela modificação das proclamações por atos legislativos ordinários e pela **irresponsabilidade governamental**. A assertiva adulterou dois desses elementos.

Alternativa C | GABARITO

No Estado hebreu, os dogmas bíblicos funcionavam como limite ao soberano, com forte influência religiosa, predomínio de meios de constrangimento (ordálias) e julgamento por precedentes. O *constitucionalismo whig*, ou termidoriano, distingue-se pela evolução **lenta e gradual** e materializou-se com a ascensão de Guilherme de Orange e do partido *whig* no Reino Unido, ao final do Século XVII, com a edição do *Bill of Rights* (1689).

Alternativa D

Houve inversão de datas: a *Petition of Rights* é de **1628** e o *Habeas Corpus Act*, de **1679**. Ademais, a experiência inglesa caracteriza-se pela **supremacia do Parlamento**, pela monarquia parlamentar e pela **independência** do Judiciário, e não pela supremacia deste sobre aquele.

MELINDRE DA QUESTÃO

A banca mesclou dados verdadeiros e falsos na mesma assertiva. Memorize a cronologia inglesa: *Magna Carta* (1215), *Petition of Rights* (1628), *Habeas Corpus Act* (1679), *Bill of Rights* (1689) e *Act of Settlement* (1701). Na Grécia, lembre-se da irresponsabilidade governamental; na Inglaterra, da supremacia do Parlamento.

QUESTÃO 02 | Direito Constitucional**Gabarito: A**Tema: *Estado liberal e Estado social***Alternativa A | GABARITO**

Barry Allen sintetizou corretamente a exposição. Com a crise econômica e a demanda por direitos sociais após a 1ª Guerra Mundial, deu-se a passagem da **Constituição Garantia** (defensiva ou liberal) para a **Constituição Social** (dirigente, programática ou constitutiva). O Estado social é

intervencionista, mas **adere ao capitalismo**, razão pela qual não se confunde com o Estado socialista.

Alternativa B

Dick Grayson incorreu em dois equívocos. No Estado liberal, os direitos fundamentais eram **formais**: correspondiam aos direitos da burguesia (liberdade e propriedade) apenas no aspecto formal. Quanto à legalidade, a atuação da Administração dependia de **expressa autorização legal** (atividade sublegal); a liberdade de agir no silêncio da lei é própria do particular.

Alternativa C

Victor Stone acertou quanto aos documentos, mas errou quanto ao marco de influência: as Constituições do México e de Weimar influenciaram a **Constituição brasileira de 1934**.

Alternativa D

Arthur Curry atribuiu ao Estado liberal traços do **Estado social**, a quem cabem a garantia de bem-estar mínimo (relacionável ao mínimo existencial) e o pacto keynesiano. O Estado liberal, abstencionista, ocupava-se da defesa externa, da administração da justiça e das instituições que **não geram lucro**.

MELINDRE DA QUESTÃO

A alternativa C altera apenas o marco temporal (1946 em lugar de 1934), e a alternativa B inverte a lógica da legalidade administrativa, que no Estado de Direito já se apresentava como atividade sublegal.

QUESTÃO 03 | Direito Constitucional

Gabarito: **D**

Tema: *Dimensões dos direitos fundamentais*

Alternativa A

A teoria foi desenvolvida por **Karel Vasak** (1979), difundida por **Norberto Bobbio** e, no Brasil, por Paulo Bonavides. A preferência pelo termo "dimensão" decorre justamente de as dimensões **coexistirem**, e não se substituírem.

Alternativa B

Todo direito fundamental possui aspecto negativo e aspecto positivo, distinguindo-se pelo **grau** de cada um. Os direitos políticos, ou de participação, integram a **primeira dimensão**, com aspecto positivo (realização de eleições) e negativo (o Estado não pode impedir a participação).

Alternativa C

O marco histórico da segunda dimensão é a **Revolução Industrial** (Século XIX), e seu valor central é a **igualdade material**. Os direitos sociais, econômicos e culturais são prestacionais e **essencialmente coletivos**.

Alternativa D | GABARITO

Bonavides deslocou o **direito à paz** da terceira para a **quinta dimensão**. Na quarta dimensão, situa a democracia (em sentido material), a informação (informar, informar-se e ser informado) e o **pluralismo**, previsto no art. 1º, V, da Constituição como fundamento da República.

MELINDRE DA QUESTÃO

Duas armadilhas clássicas: a autoria da teoria (Vasak formula; Bobbio difunde) e a reclassificação do direito à paz. Os direitos políticos permanecem na primeira dimensão, apesar de seu aspecto prestacional.

QUESTÃO 04 | Direito Constitucional**Gabarito: B***Tema: Neoconstitucionalismo***Alternativa A**

Assertiva verdadeira. No constitucionalismo moderno, a diferença entre regras e princípios era de **grau**; no neoconstitucionalismo, é **axiológica**. A norma é gênero, com duas espécies: regras, aplicadas por **subsunção**, e princípios, aplicados por **ponderação**, daí a máxima "mais ponderação do que subsunção".

Alternativa B | GABARITO

Assertiva falsa, e por isso é o gabarito. A rematerialização tornou as Constituições **prolixas e analíticas**, ao contrário das clássicas, sucintas, e passou a limitar o legislador **não só na forma, mas também no conteúdo**. Além das matérias materialmente constitucionais, as Constituições passaram a conter normas apenas **formalmente constitucionais**.

Alternativa C

Assertiva verdadeira. A interpretação conforme a Constituição ("filtragem constitucional") é um dos aspectos da constitucionalização do direito e parte da distinção entre **dispositivo** (texto) e **norma** (resultado da interpretação).

Alternativa D

Assertiva verdadeira. O **panprincipiologismo**, também chamado de "carnavalização dos princípios", é criticado por gerar anarquia metodológica, decisionismo e insegurança jurídica.

MELINDRE DA QUESTÃO

O comando pede a alternativa incorreta. A alternativa B inverte dois efeitos da rematerialização: as Constituições tornaram-se prolixas, e a limitação ao legislador passou a alcançar também o conteúdo.

QUESTÃO 05 | Direito Constitucional**Gabarito: A***Tema: Fortalecimento do Judiciário e constitucionalismo do futuro***Alternativa A | GABARITO**

O **ativismo judicial** é a postura proativa do Judiciário, que expande o sentido da Constituição, sobretudo quando o Legislativo é fraco. A **judicialização** consiste em levar ao Judiciário questões antes restritas à política, em razão da ampliação da legitimação ativa no controle de constitucionalidade e do acesso à justiça. São fenômenos distintos, embora relacionados.

Alternativa B

A eficácia horizontal **soma-se** à vertical: os direitos fundamentais passam a ser oponíveis **não só ao Estado, mas também aos particulares**. Não há substituição nem prioridade.

Alternativa C

Dromi situa o constitucionalismo do futuro no **equilíbrio** entre as concepções do constitucionalismo moderno e os excessos do contemporâneo, e não na superação integral daquele. Seus valores são

verdade, solidariedade, consenso, participação, continuidade, integração e universalização. A flexibilidade não integra o rol, e a continuidade não foi substituída.

Alternativa D

Embora o juiz se torne protagonista, afastando a lei inconstitucional, o ideal é o **equilíbrio** entre os Poderes, e não a prevalência do Judiciário.

MELINDRE DA QUESTÃO

Memorize os sete valores de Dromi, lembrando que a "verdade" significa a repressão de promessas constitucionais inalcançáveis. A palavra "equilíbrio" aparece duas vezes no tema: entre os Poderes e entre o constitucionalismo moderno e o contemporâneo.

QUESTÃO 06 | Direito Constitucional

Gabarito: **C**

Tema: *Manifestações contemporâneas do constitucionalismo*

Alternativa A

A descrição corresponde ao **constitucionalismo globalizado**, cujos objetivos são o fortalecimento do sistema jurídico-político internacional, a primazia do direito internacional fundado em valores universais e a elevação da dignidade humana a pressuposto não limitável.

Alternativa B

A descrição corresponde ao **patriotismo constitucional de Habermas**, que busca uma identidade política coletiva e um constitucionalismo intercultural, capaz de superar o nacionalismo étnico.

Alternativa C | GABARITO

O **transconstitucionalismo**, de **Marcelo Neves**, trata dos entrelaçamentos entre ordens jurídicas para a solução de problemas constitucionais comuns, como os direitos humanos, em relação transversal permanente, e não se confunde com constitucionalismo internacional, transnacional ou supranacional.

Alternativa D

A descrição corresponde ao **Estado constitucional cooperativo de Peter Häberle**, fundado na abertura, na cooperação, na solidariedade e na responsabilidade internacional, em oposição ao isolacionismo.

MELINDRE DA QUESTÃO

As definições das alternativas A, B e D estão corretas, mas foram atribuídas a autores e concepções trocados. Fixe os pares: Neves e transconstitucionalismo; Häberle e Estado constitucional cooperativo; Habermas e patriotismo constitucional.

QUESTÃO 07 | Direito Constitucional

Gabarito: **D**

Tema: *Constitucionalismo abusivo e democrático*

Alternativa A

Lex Luthor valeu-se do **uso reiterado de emendas** para manter seu grupo no poder e destruir elementos centrais da democracia, o que caracteriza a forma **estrutural**. A forma **episódica** consiste na utilização de institutos e técnicas constitucionais em desacordo com as diretrizes da democracia constitucional, sem a nota da reiteração voltada à perpetuação.

Alternativa B

Para **David Landau**, os golpes militares **deixam de ser** o método comum de supressão da ordem democrática. O constitucionalismo abusivo é justamente o retrocesso democrático promovido por **mecanismos formais** de mudança constitucional, conduzido por governantes eleitos em pleitos válidos, como ocorreu no caso.

Alternativa C

O constitucionalismo democrático de **Post e Siegel** reconhece a tensão construtiva entre Estado de Direito e democracia e, **ao contrário** do constitucionalismo popular, **não retira** a Constituição dos tribunais. Ademais, o quadro narrado nada tem de exemplo dessa concepção.

Alternativa D | GABARITO

As emendas aprovadas por Lex Luthor enfraqueceram instituições de tutela de direitos por meio de reformas formalmente válidas, o que configura constitucionalismo abusivo **estrutural**, de inconstitucionalidade pouco evidente. O **efeito backlash**, por sua vez, é a reação conservadora de parcela da sociedade ou do Parlamento a decisão judicial liberal em tema polêmico, como ocorreu com a EC 96/2017 (vaquejada).

MELINDRE DA QUESTÃO

A observância do rito formal de reforma não afasta o constitucionalismo abusivo; ao contrário, é sua marca. Distinga a forma estrutural (reiteração para perpetuação no poder) da episódica (uso pontual e desviado de institutos).

QUESTÃO 08 | Direito Constitucional**Gabarito: B**

Tema: *Constitucionalismo latino-americano e feminista*

Alternativa A

A doutrina aponta como exemplos de Estado plurinacional as Constituições da **Bolívia (2009)**, do **Equador (2008)** e da **Venezuela (1999)**. A Constituição argentina não integra esse rol.

Alternativa B | GABARITO

O **Estado plurinacional** busca a inclusão multicultural na formação da vontade política; a Constituição boliviana define **36 povos originários** com participação ampla. O movimento, também chamado de novo constitucionalismo latino-americano, propõe uma **descolonização epistemológica** e uma "epistemologia do Sul".

Alternativa C

A dogmática feminista é, de fato, **contra-hegemônica**, mas pauta-se nas experiências das mulheres **em sua diversidade** e é atenta aos **múltiplos marcadores de desigualdade**, rejeitando o feminismo universalista.

Alternativa D

O constitucionalismo feminista interpreta o Direito "do lugar de fala do feminino", identificando e desafiando os elementos da dogmática que **discriminam por gênero**, e compreende as normas constitucionais como respostas pragmáticas aos dilemas concretos das **mulheres reais**.

MELINDRE DA QUESTÃO

A alternativa C combina um termo correto ("contra-hegemônica") com um incorreto ("universalista"). Na alternativa A, apenas o terceiro exemplo foi trocado.

MÓDULO II | DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 09 | Direito Administrativo

Gabarito: **D**Tema: *Conceito e escolas do serviço público***Alternativa A**

A escola **essencialista** (critério material) **não é aceita** no Brasil, pois serviços não essenciais e serviços administrativos internos também podem ser públicos. Ademais, a saúde prestada por particulares **não** é serviço público.

Alternativa B

A escola **subjativista** (critério orgânico) **não é aceita**, pois há pessoas jurídicas de direito privado que não integram a Administração, como os **delegatários**, e prestam serviço público.

Alternativa C

Não há rol taxativo. A definição de serviço público depende do contexto social e do momento histórico, e, para os serviços não listados, observa-se a **relação de interesse** (nacional, regional ou local) para fixar a competência.

Alternativa D | GABARITO

A escola **formalista** exige simultaneamente a definição legal ou constitucional da atividade como pública (critério formal) e a prestação de utilidade ou comodidade material (critério material). **Renério Castro Júnior** observa que a subjativista, embora não adotada, influenciou o art. 2º, II, da **Lei 13.460/2017**.

MELINDRE DA QUESTÃO

Influência não se confunde com adoção: a Lei 13.460/2017 reflete traços da escola subjativista, mas o Brasil adota a formalista.

QUESTÃO 10 | Direito Administrativo

Gabarito: **B**Tema: *Continuidade e corte do fornecimento***Alternativa A**

É **ilegítimo** o corte por **débito de usuário anterior**, em razão da **natureza pessoal** da dívida. As faturas deixadas por Edward Nygma não autorizavam a suspensão do fornecimento da loja adquirida por Clark.

Alternativa B | GABARITO

Na fraude no medidor atribuída ao consumidor, o STJ admite o corte quanto ao **débito estrito de recuperação de consumo efetivo**, desde que apurado com **contraditório e ampla defesa**, mediante **prévio aviso**, referente aos **noventa dias anteriores** à constatação e executado em **até noventa dias após o vencimento**. Como a apuração observou o devido processo, o corte do apartamento era possível, atendidos os demais requisitos.

Alternativa C

O corte **somente pode recair sobre o imóvel que originou o débito**. A fraude verificada no apartamento não autorizava a suspensão do fornecimento da loja.

Alternativa D

Há dois vícios. O aviso prévio deve observar a **forma definida pelo órgão regulador**, e meios estranhos à regulamentação não satisfazem o requisito. Além disso, a Lei 14.015/2020 veda o início da interrupção por inadimplemento na **sexta-feira, no sábado, no domingo, em feriado ou no dia anterior a feriado**.

MELINDRE DA QUESTÃO

A alternativa B reúne cumulativamente os requisitos da jurisprudência para o corte por fraude. Débito de usuário anterior, débito pretérito e corte em unidade diversa são hipóteses de corte ilegítimo.

QUESTÃO 11 | Direito Administrativo**Gabarito: A**

Tema: *Continuidade, greve e exceção do contrato não cumprido*

Alternativa A | GABARITO

Embora a Constituição só vede expressamente a greve de policiais militares, bombeiros militares e militares das Forças Armadas, o STF assentou que **nenhum servidor que atue diretamente na segurança pública** pode fazer greve, alcançando todas as carreiras do art. 144. O fundamento **não** é a continuidade, mas o **direito de toda a sociedade** à segurança, à ordem pública e à paz social.

Alternativa B

O STF decidiu que, mesmo sem a lei específica, os servidores **podem** fazer greve, aplicando-se as leis da iniciativa privada; a greve **não é ato ilícito**. O desconto dos dias parados é a **regra**, mas é afastado quando a greve decorre de **conduta ilícita do Poder Público**.

Alternativa C

O art. 137 da Lei 14.133/2021 exige atraso **superior a dois meses** e **ressalva** as situações de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra.

Alternativa D

A inaplicabilidade da *exceptio* por força das cláusulas exorbitantes é a posição da **doutrina tradicional**. A **doutrina moderna** admite sua aplicação **de forma diferenciada**, respaldada no art. 137 da Lei 14.133/2021.

MELINDRE DA QUESTÃO

O fundamento da vedação de greve na segurança pública é o direito da sociedade, e não a continuidade. Na alternativa D, a banca atribuiu à doutrina moderna a tese da doutrina tradicional.

QUESTÃO 12 | Direito Administrativo**Gabarito: C**

Tema: *Classificação e remuneração dos serviços*

Alternativa A

O STJ firmou, em recurso repetitivo, que a remuneração dos serviços de água e esgoto prestados por concessionária é **tarifa ou preço público**. Por isso, a pretensão de Wally West não se submetia ao prazo do CTN: a Súmula 412 do STJ submete a repetição de indébito dessas tarifas ao **prazo prescricional do Código Civil**.

Alternativa B

A generalidade não impede tarifas diferenciadas. A **Súmula 407 do STJ** reconhece a legitimidade da cobrança de tarifa de água fixada conforme **categorias de usuários e faixas de consumo**. A tese de Wally West, portanto, não prosperava.

Alternativa C | GABARITO

Trata-se de contraprestação de **caráter não tributário**, que **não se submete** ao regime jurídico das taxas, **inclusive quanto à prescrição**, conforme entendimento repetitivo do STJ.

Alternativa D

Houve inversão. Os serviços **compulsórios** admitem cobrança pela **mera disponibilização**, mediante **taxa**; os **facultativos** só admitem cobrança pelo serviço **efetivamente prestado**, mediante **tarifa** ou preço público.

MELINDRE DA QUESTÃO

Não confunda serviço compulsório (taxa, cobrada pela disponibilização) com serviço facultativo (tarifa, cobrada pelo uso efetivo). A generalidade convive com tarifas diferenciadas.

QUESTÃO 13 | Direito Administrativo**Gabarito: B**

Tema: *Concessão comum e intervenção*

Alternativa A

Assertiva verdadeira. A concessão é delegada a **pessoa jurídica ou consórcio de empresas**, nunca a pessoa física, mediante licitação na modalidade **concorrência** ou **diálogo competitivo**. A pessoa física pode ser apenas permissionária.

Alternativa B | GABARITO

Assertiva falsa, e por isso é o gabarito. Os prazos foram invertidos: o procedimento deve ser **instaurado em trinta dias** e **concluído em até cento e oitenta dias**, sob pena de invalidade.

Alternativa C

Assertiva verdadeira. O STF firmou, em repercussão geral, a responsabilidade objetiva da concessionária perante **usuários e não usuários** (art. 37, § 6º, da Constituição). As contratações da concessionária regem-se pelo **direito privado**.

Alternativa D

Assertiva verdadeira. A criação, alteração ou extinção de tributos após a proposta, comprovado o impacto, impõe **revisão da tarifa, para mais ou para menos**. A Lei 9.074/1995 ressalva da exigência de lei autorizativa o **saneamento básico**, a **limpeza urbana** e os serviços já indicados como delegáveis na Constituição Federal, na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica. Registre-se que Rafael Oliveira sustenta a inconstitucionalidade dessa exigência.

MELINDRE DA QUESTÃO

O comando pede a incorreta. Grave a sequência da intervenção: decreto, instauração em 30 dias, conclusão em até 180 dias e prestação de contas pelo interventor ao término.

QUESTÃO 14 | Direito Administrativo**Gabarito: D**Tema: *Extinção da concessão e parceria público-privada***Alternativa A**

A caducidade depende de verificação da inadimplência em **processo administrativo com ampla defesa**, precedido de **comunicação detalhada** dos descumprimentos com prazo para correção. É declarada por decreto, **independentemente de indenização prévia**, calculada no decurso do processo. A notoriedade da falha não dispensava o processo.

Alternativa B

A encampação, ou resgate, exige **lei autorizativa específica e prévio pagamento** da indenização.

Alternativa C

Na rescisão promovida pela concessionária, os serviços **não podem ser interrompidos até o trânsito em julgado**, o que revela a inaplicabilidade da *exceptio* como forma de paralisar o serviço.

Alternativa D | GABARITO

A **concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a Administração seja **usuária direta ou indireta**, sem cobrança de tarifa. A contraprestação pode dar-se por ordem bancária, **cessão de créditos não tributários**, outorga de direitos em face da Administração, **outorga de direitos sobre bens públicos dominicais** e outros meios admitidos em lei. Ressalte-se que a Lei 11.079/2004 veda a delegação das funções de regulação, jurisdicional e de poder de polícia, de modo que a parceria no âmbito prisional não alcança essas atividades.

MELINDRE DA QUESTÃO

Compare o momento da indenização: na encampação, é prévia; na caducidade, não é prévia e se apura no curso do processo. A concessão patrocinada tem duas fontes de receita (tarifa e contraprestação); a administrativa, apenas a contraprestação pública.

MÓDULO III | DIREITO TRIBUTÁRIO**QUESTÃO 15 | Direito Tributário****Gabarito: A**Tema: *Taxas e contribuição de iluminação pública***Alternativa A | GABARITO**

Nos termos do **art. 149-A** da Constituição, com a redação da **EC 132/2023**, Municípios e Distrito Federal podem instituir contribuição para o custeio, a **expansão e a melhoria** do serviço de iluminação pública e de **sistemas de monitoramento** para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o art. 150, I e III. O parágrafo único faculta a cobrança na **fatura de consumo de energia elétrica**.

Alternativa B

Segundo a **Súmula Vinculante 41**, o serviço de iluminação pública **não pode ser remunerado mediante taxa**, por ser serviço *uti universi*, indivisível. A escolha da base de cálculo não supera esse óbice.

Alternativa C

A **Súmula Vinculante 19** afirma que a taxa cobrada exclusivamente em razão da coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo proveniente de imóveis **não viola** o art. 145, II, da Constituição.

Alternativa D

A **Súmula Vinculante 29** admite a adoção de **um ou mais elementos** da base de cálculo própria de determinado imposto, **desde que não haja integral identidade** entre uma base e outra.

MELINDRE DA QUESTÃO

A EC 132/2023 ampliou a destinação da contribuição de iluminação pública. Coleta de lixo domiciliar admite taxa; iluminação pública, não.

QUESTÃO 16 | Direito Tributário**Gabarito: C**

Tema: *Legalidade e anterioridade*

Alternativa A

O art. 150, § 1º, da Constituição exclui da anterioridade nonagesimal a **fixação da base de cálculo** do IPTU (e do IPVA). Publicada em dezembro, a lei produz efeitos a partir de **1º de janeiro** do exercício seguinte.

Alternativa B

A **Súmula Vinculante 50** estabelece que a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária **não se sujeita** ao princípio da anterioridade.

Alternativa C | GABARITO

O **art. 156, § 1º, III**, incluído pela **EC 132/2023**, autoriza a atualização da base de cálculo do IPTU pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. E o art. 150, § 1º, submete a fixação dessa base de cálculo à anterioridade anual, afastando apenas a nonagesimal.

Alternativa D

O **IPI** excepciona apenas a anterioridade **anual**, sujeitando-se à **nonagesimal**. Excepcionam ambas o II, o IE, o IOF, o imposto extraordinário de guerra e o empréstimo compulsório de calamidade ou guerra. A faculdade de alteração de alíquotas pelo Executivo (art. 153, § 1º) alcança II, IE, IPI e IOF.

MELINDRE DA QUESTÃO

O IPI é a exceção mais cobrada: dispensa a anterioridade de exercício, mas observa a noventena. Já a base de cálculo do IPTU e do IPVA segue o caminho inverso.

QUESTÃO 17 | Direito Tributário**Gabarito: C**

Tema: *Imunidades tributárias*

Alternativa A

O STF fixou, em repercussão geral (Tema 1.140), que empresas públicas e sociedades de economia mista **delegatárias de serviços públicos essenciais**, que **não distribuam lucros** a acionistas privados nem ofereçam **risco ao equilíbrio concorrencial**, são beneficiárias da imunidade recíproca **independentemente da cobrança de tarifa**. A Companhia de Saneamento preenchia esses requisitos.

Alternativa B

Com a **EC 132/2023**, o art. 150, VI, b, passou a abranger **entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes**. A organização mantida pela igreja de John Stewart estava alcançada pela imunidade religiosa.

Alternativa C | GABARITO

A **Súmula Vinculante 57** estende a imunidade do art. 150, VI, d, à **importação e comercialização** do livro eletrônico e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo, como os **leitores de livros eletrônicos**, ainda que possuam **funcionalidades acessórias**. A **Súmula Vinculante 52** mantém a imunidade ao IPTU do imóvel das entidades do art. 150, VI, c, **ainda quando alugado a terceiros**, desde que os aluguéis sejam aplicados nas atividades institucionais, como ocorreu no caso.

Alternativa D

No Tema 508, o STF assentou que a sociedade de economia mista com ações negociadas em bolsa e voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas **não está abrangida** pela imunidade recíproca **unicamente em razão das atividades** desempenhadas.

MELINDRE DA QUESTÃO

Contraste os Temas 1.140 e 508: a cobrança de tarifa, isoladamente, não afasta a imunidade; a finalidade lucrativa voltada a acionistas privados, sim. Atenção à nova redação do art. 150, VI, b.

MÓDULO IV | DIREITO ELEITORAL**QUESTÃO 18 | Direito Eleitoral****Gabarito: D**

Tema: *Elegibilidade e inelegibilidades*

Alternativa A

A **Súmula Vinculante 18** estabelece que a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal **no curso do mandato não afasta** a inelegibilidade do art. 14, § 7º. Dinah Lance permanecia inelegível para a Prefeitura de Star City, e não se aplicava a ressalva de "titular de mandato eletivo e candidato à reeleição".

Alternativa B

O STF, em repercussão geral (RE 637.485), assentou que a proibição da segunda reeleição é **absoluta** e torna inelegível para cargo da mesma natureza quem já exerceu dois mandatos consecutivos, **ainda que em ente federativo diverso** (vedação ao "prefeito itinerante").

Alternativa C

Pelo art. 14, § 8º, o militar alistável com **menos de dez anos** de serviço **deverá afastar-se da atividade**. A agregação, com passagem automática para a inatividade na diplomação, aplica-se a quem conta **mais de dez anos**. Hal Jordan, com oito anos, deveria afastar-se.

Alternativa D | GABARITO

No RE 758.461 (Tema 678), o STF fixou que a **Súmula Vinculante 18 não se aplica** aos casos de extinção do vínculo conjugal **pela morte** de um dos cônjuges. O falecimento de Kara Danvers, portanto, não atraía a inelegibilidade reflexa de James Olsen com base naquela súmula, afastada a presunção de fraude que a inspira.

MELINDRE DA QUESTÃO

A SV 18 visa coibir divórcios simulados; a morte não se presta a fraude, por isso fica fora do enunciado. No art. 14, § 8º, a regra dos dez anos costuma ser invertida pela banca.

QUESTÃO 19 | Direito Eleitoral**Gabarito: A**Tema: *Partidos políticos, anterioridade eleitoral e AIME***Alternativa A | GABARITO**

O **art. 17, § 6º**, incluído pela EC 111/2021, prevê a perda do mandato de Deputados e Vereadores que se desliguem do partido, **salvo anuência** da agremiação ou outras hipóteses de **justa causa** previstas em lei. No julgamento da ADI 5.081, o STF afastou a perda do mandato por infidelidade partidária em relação aos cargos do **sistema majoritário**, em respeito à soberania popular.

Alternativa B

Pelo **art. 16**, a lei que alterar o processo eleitoral **entra em vigor na data de sua publicação**, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Não há *vacatio* de noventa dias.

Alternativa C

O **art. 17, § 1º**, com a redação da EC 97/2017, **veda** a celebração de coligações nas **eleições proporcionais** e assegura autonomia **sem obrigatoriedade de vinculação** entre as candidaturas nos diversos âmbitos.

Alternativa D

Pelo **art. 14, §§ 10 e 11**, a AIME deve ser proposta em **quinze dias contados da diplomação** e tramita em **segredo de justiça**, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

MELINDRE DA QUESTÃO

Duas pegadinhas de termo: a AIME conta-se da diplomação, e não da proclamação; a lei eleitoral tem vigência imediata, com eficácia diferida para a eleição que ocorra após um ano.

MÓDULO V | DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 20 | Direito Financeiro****Gabarito: B**Tema: *Orçamento, créditos adicionais e despesa com pessoal***Alternativa A**

Pelo **princípio da exclusividade** (art. 165, § 8º), a lei orçamentária anual **não conterà dispositivo estranho** à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas apenas a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita. Dispor sobre alterações na legislação tributária é conteúdo da **LDO** (art. 165, § 2º).

Alternativa B | GABARITO

O **art. 169, § 3º**, impõe a redução de **pelo menos vinte por cento** das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a **exoneração dos não estáveis**. Somente se essas medidas forem insuficientes, o **servidor estável** poderá perder o cargo (§ 4º), com indenização de um mês de remuneração por ano de serviço (§ 5º). O cargo será **extinto**, vedada a criação de cargo com atribuições iguais ou assemelhadas por **quatro anos** (§ 6º).

Alternativa C

O crédito extraordinário era cabível, pois o **art. 167, § 3º**, admite-o para despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de calamidade pública. Contudo, pelo **§ 2º**, os créditos especiais e

extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício são reabertos **nos limites de seus saldos** e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Alternativa D

A **regra de ouro** (art. 167, III) veda operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por **maioria absoluta**.

MELINDRE DA QUESTÃO

Setembro já integra os últimos quatro meses do exercício, o que torna a reabertura possível; o erro da alternativa C está em ignorar o limite do saldo. Na regra de ouro, o quórum é de maioria absoluta.